

# CLASSE, RAÇA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

**RAFAEL GUERREIRO OSORIO**

Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília  
rafael.osorio@ipea.gov.br

## RESUMO

*Este artigo apresenta evidências produzidas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 sobre as relações entre classe, raça e acesso ao ensino superior. O objetivo é preencher a lacuna de conhecimento que ainda persiste sobre o tema, a despeito do intenso debate público sobre a adoção de políticas de promoção de acesso equitativo ao ensino superior para negros ou para pobres. Os indicadores apresentados apontam a existência de associações entre classe, raça e acesso ao ensino superior para além dos efeitos das relações entre classe, raça e término do ensino médio. Conclui apontando a necessidade simultânea de quotas sociais e raciais para atingir o objetivo de atacar a desigualdade de acesso à universidade.*  
RAÇA – ENSINO SUPERIOR – POBREZA – ACESSO À EDUCAÇÃO

## ABSTRACT

*CLASS, RACE AND ACCESS TO SUPERIOR EDUCATION. This article presents evidences on the relationship between class, race and access to superior education based on data from the 2006 round of the National Household Survey, PNAD. It aims to bridge the knowledge gap on this issue, which exists in spite of the intense public debate over the adoption of policies to promote equitable access to superior education by black and by poor Brazilians. The indicators presented point out the existence of association between class, race, and access to superior education beyond the effects of the relationship between class, race and attainment of secondary education. It is concluded that if the decision – eminently political – about the groups to be benefited by such actions purports to extract its legitimacy from being evidence based, both the black youth and the poor should be contemplated.*  
RACE – HIGHER EDUCATION – POVERTY – ACCESS TO EDUCATION

Deve-se adotar no Brasil uma política que promova o acesso equitativo ao ensino superior? Se a resposta é sim, quais grupos sociais devem ser beneficiados, negros e/ou pobres? A diferença de acesso é produzida por diferenças de classe, ou pela discriminação racial?

Há um intenso debate público sobre tais questões na sociedade brasileira, do qual emergem artigos e mesmo livros pró e contra a adoção de quotas para um ou outro grupo social, projetos de lei no Congresso, cartas públicas e abaixo-assinados, e todo tipo de manifestações. A eventual adoção dessas políticas e a definição dos grupos beneficiados é um tema em relação ao qual uma parte significativa dos brasileiros não é indiferente, principalmente aqueles que participam da formação da “opinião pública”. Porém, é surpreendente constatar que não existem diagnósticos da extensão do problema, apenas indicadores desagregados de frequência. Há muitas suposições, mas não se sabe se existem relações efetivas entre classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil, e qual a natureza dessas relações.

O objetivo deste artigo é preencher essa lacuna, quantificando as desigualdades de acesso ao ensino superior segundo classe e raça. O foco é a população brasileira de 18 a 24 anos, faixa etária em que normalmente se ingressa no ensino superior. A fonte de dados empregada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em todo o território nacional.

Nas duas seções a seguir são apresentadas as definições de classe e raça empregadas, e dados que caracterizam e relacionam as duas dimensões. Depois são apresentados os dados de acesso ao ensino superior. A seção final contém um resumo dos fatos que contribuem para o debate sobre a adoção de mecanismos de promoção equitativa do acesso ao ensino superior.

## CLASSE

Não existe consenso na literatura sociológica sobre o conceito de classe e tampouco sobre sua operacionalização. Ao contrário, existem várias abordagens concorrentes (Crompton et al., 2000; Grusky, 2001; Wright, 2005). A despeito disso, no debate público sobre acesso ao ensino superior, categorias como “ricos”, “pobres” e “classe média” são frequentemente empregadas, mesmo carecendo de definições precisas sobre suas fronteiras. A hierarqui-

zação entre essas categorias, porém, é óbvia, e normalmente entendida em termos de renda. Ou seja, o que diferencia os pobres, a classe média e os ricos é a renda média de cada grupo, que indica sua capacidade de consumo e seu nível de bem-estar.

Nesse artigo, a operacionalização dessas três “classes” se realizará segundo a renda domiciliar *per capita* de acordo com o critério da apropriação de terços da renda total sugerido por Osorio (2003). Esse critério consiste em ordenar a população do indivíduo mais pobre ao mais rico, e depois acumular a renda dos indivíduos assim ordenados. O ponto da distribuição em que a renda acumulada atinge o primeiro terço da renda total é a fronteira entre os mais pobres, a classe baixa e a classe média. A fronteira entre a classe média e os mais ricos – a classe alta – se dá no ponto em que a renda acumulada atinge o segundo terço da renda total. Assim, cada uma das classes – baixa, média, e alta – se apropria de um terço da renda total, e o que as diferencia é o tamanho e, conseqüentemente, a renda média. Note-se, portanto, que se está dividindo a renda em três partes de igual tamanho, não a população.

Segundo a PNAD de 2006, a renda total dos grupos domésticos brasileiros era de cerca de R\$ 89,4 bilhões mensais. Embora se saiba que a PNAD subestima o montante total da renda em comparação com outras fontes, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares e o Sistema de Contas Nacionais, Barros, Cury e Ulyssea (2007) provaram que isso não afeta estudos com foco na distribuição – caso da divisão em classes aqui empregada. Aplicando o critério dos terços aos dados da PNAD para operacionalizar as três classes, cada classe teria uma renda mensal de aproximadamente R\$ 29,8 bilhões. A distribuição da população total e a dos jovens de 18 a 24 anos e as características de renda das classes assim obtidas estão na tabela 1.

A tabela 1 mostra que os 5,5% mais ricos da população recebiam um terço da renda total; que os 74,6 % mais pobres levavam outro terço; e que os 19,9% entre os mais ricos e os mais pobres se apropriavam de outro terço. Esses percentuais expressam o tamanho das três classes em 2006. A título de exemplo, uma família de quatro pessoas que tivesse renda domiciliar de até R\$ 2.024 era considerada de classe baixa; na faixa de R\$ 2.024 a R\$ 6 mil de classe média; e acima de R\$ 6 mil, de classe alta. A renda domiciliar *per capita* média da classe baixa era 27% da renda da classe média e 7% da renda da classe alta; e a da classe média era 28% da renda da alta.

TABELA I  
RENDA E POPULAÇÃO POR CLASSES. BRASIL, 2006

Classe	Renda domiciliar per capita			População			
	Faixa	Média	Fração da renda total	Total	18 a 24 anos		
					Total	Com ensino médio	
					Total	Na Classe	
Baixa	até R\$ 506	R\$ 219	33,3%	74,6%	75,2%	58,8%	34,2%
Média	de R\$ 506 até R\$ 1.500	R\$ 822	33,3%	19,9%	20,3%	33,5%	72,1%
Alta	maior que R\$ 1.500	R\$ 2.959	33,3%	5,5%	4,4%	7,7%	76,4%
<b>Total</b>		<b>R\$ 490</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>43,8%</b>

Fonte: PNAD, 2006 (Fundação IBGE, 2007).

Os jovens de 18 a 24 anos encontravam-se ligeiramente sobrerrepresentados na classe baixa e na média, e sub-representados na classe alta – em termos de sua distribuição *vis-à-vis* a da população total. Já os jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo estavam sobrerrepresentados na classe média e na alta, e sub-representados na classe baixa. Registre-se que apenas 43,8% dos jovens de 18 a 24 anos tinham ensino médio completo. Na última coluna, vê-se que a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo era muito próxima na classe média e na alta: mais de 70%. Na classe baixa, essa porcentagem era 34,2. Por conseguinte, a chance de encontrar um jovem com ensino médio na classe baixa era menor do que a de encontrá-lo nas demais classes.

Resumindo: embora não exista uma associação forte entre ser jovem de 18 a 24 anos e pertencer a uma determinada classe, existe uma associação forte entre a classe de origem e a conclusão do ensino médio.

## RAÇA

A definição de raça e de grupos raciais é tão controversa quanto a de classe. Para operacionalizar o conceito de raça a partir da PNAD 2006, é preciso empregar o quesito “cor ou raça”, segundo o qual as pessoas entrevistadas se

classificam em uma de seis categorias: branca, parda, preta, amarela, indígena e ignorada. Cerca de 99% por cento da população se declara em uma das três primeiras categorias. Esse sistema classificatório é usado pelo IBGE quase sem modificações desde o censo de 1940. Muito estudado e criticado, já demonstrou ser adequado para o estudo das desigualdades raciais no Brasil, a despeito da complexidade do fenômeno (Petruccelli, 2000; Osorio, 2003; Rocha, Rosemberg, 2007).

Oliveira, Porcaro e Araujo (1985) citam uma pesquisa bibliográfica cobrindo centenas de estudos com diversos enfoques sobre questões raciais brasileiras publicados até o início da década de 1970, na qual se constatou que os estudiosos usaram indiscriminadamente o termo “negro” para se referir ao conjunto da população formada por pretos e mulatos. O termo “mulato” foi frequentemente empregado em substituição ao termo “pardo” na apresentação de estatísticas.

Souza (1971) parece ter sido o primeiro a operar a agregação de pretos e pardos e a designar o grupo resultante pelo termo “negro” alegando a homogeneidade socioeconômica dos dois grupos, e a necessidade estatística de fazê-lo devido ao reduzido tamanho do grupo dos pretos em pesquisas amostrais. A homogeneidade socioeconômica dos pretos e dos pardos foi uma das duas hipóteses centrais postuladas e confirmadas pela tese de doutorado de Nelson do Valle Silva (1978). As políticas públicas discutidas ou adotadas no Brasil visando à melhoria da situação da população negra geralmente esclarecem que essa compreende as pessoas que se declaram pretas ou pardas nos levantamentos de dados do IBGE.

Para os propósitos deste artigo foram definidos dois grupos: um formado pelas pessoas declaradas brancas ou amarelas; outro formado pelas pessoas declaradas pretas, pardas ou indígenas. O primeiro grupo é designado pelo termo “branco”; o segundo pelo termo “negro”. As pessoas de cor ignorada, que são parcela infinitesimal da amostra, não foram consideradas. A tabela 2 apresenta a distribuição da população total e de jovens de 18 a 24 anos de ambos os grupos raciais pelas classes, e também a composição racial total e de cada classe.

Na tabela 2, as estatísticas de composição revelam o percentual de negros e brancos de uma determinada população em cada classe e no total. Na população total, a composição racial era meio a meio em 2006, mas na classe média e na classe alta a porcentagem de negros era bem menor do que 50%,

e na classe baixa era maior. Existia uma diferença considerável na porcentagem de jovens de cada grupo com ensino médio completo. Enquanto apenas 54,7% dos jovens brancos de 18 a 24 anos tinham ensino médio completo, entre os jovens negros a porcentagem era ainda menor, 33,9%.

Devido à população negra ser ligeiramente mais jovem, sua porcentagem na faixa de 18 a 24 anos na classe baixa era um pouco maior do que a de brancos, mas nas outras duas classes as porcentagens de jovens brancos e de negros eram muito próximas. A despeito disso, a porcentagem de brancos na população de 18 a 24 anos com ensino médio completo era maior em todas as classes. Por volta de 12,3% dos brancos da classe baixa tinham de 18 a 24 anos, e, entre esses, 42,6% tinham ensino médio completo. Porém, entre os negros jovens de classe baixa, apenas 28,7% tinham ensino médio completo. A diferença entre essas porcentagens diminui à medida que se sobe na pirâmide social, mas não desaparece. Portanto, a chance de encontrar um jovem negro com ensino médio era menor do que a de encontrar um jovem branco com ensino médio em todas as classes.

TABELA 2  
DISTRIBUIÇÃO E COMPOSIÇÃO RACIAL  
DA POPULAÇÃO POR CLASSES. BRASIL, 2006

Estatística	Classe	População Total		População de 18 a 24 anos			
		Brancos	Negros	Na população de cada raça		Com ensino médio	
				Brancos	Negros	Brancos	Negros
Composição	Baixa	42,4%	57,6%	12,3%	13,6%	42,6%	28,7%
	Média	69,7%	30,3%	13,1%	13,5%	74,9%	66,1%
	Alta	82,4%	17,6%	10,4%	10,5%	77,0%	73,6%
	Total	50,0%	50,0%	12,3%	13,5%	54,7%	33,9%
Distribuição	Baixa	63,3%	86,0%	62,9%	86,5%	49,0%	73,3%
	Média	27,7%	12,0%	29,4%	12,0%	40,3%	23,4%
	Alta	9,1%	1,9%	7,7%	1,5%	10,8%	3,3%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2006 (Fundação IBGE, 2007).

Tanto a população negra total quanto a população negra de 18 a 24 anos apresentavam uma distribuição semelhante pelas classes, concentrada

na classe baixa e na média. A população branca também estava concentrada nessas duas classes, mas bem menos na classe baixa. Voltando à tabela 1, vê-se que por volta de 5,5% da população total estava na classe alta. Em contraste, 9,1% dos brancos eram de classe alta, e apenas 1,9% dos negros. Todavia, a distribuição dos jovens, brancos ou negros, com ensino médio completo era menos concentrada na classe baixa, com porcentagens maiores – relativas aos jovens da mesma faixa etária – na classe média e na alta.

Resumindo: existe uma associação forte entre classe e raça, mas não existe uma associação forte entre raça e ser jovem na faixa dos 18 aos 24 anos. Para além da associação entre classe e ter completado o ensino médio (Tab. 1) existe uma associação entre raça e ter completado o ensino médio. Portanto, pode-se dizer que existe associação entre classe, raça e ter completado o ensino médio.

## **CLASSE, RAÇA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Para ingressar no ensino superior é preciso ter o ensino médio completo. No Brasil, em 2006, 18,5% da população tinha ensino médio completo (sem considerar a idade e excluindo a população com educação superior completa). Os jovens de 18 a 24 anos representavam 30,6% da população com ensino médio. Entre a população com ensino médio, 15,6% frequentava um curso de nível superior. Mais da metade dessas pessoas frequentando curso superior (55,1%) eram jovens de 18 a 24 anos. Todavia, 71,9% dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio não frequentavam um curso superior.

É lícito supor que a maior parte das pessoas ingressa em curso superior nessa faixa etária, dado que apenas 24,8% da população frequentando curso superior tinha 30 ou mais anos de idade. Por isso, a partir deste ponto, todos os dados apresentados se referem à população de 18 a 24 anos com ensino médio completo.

Considerando que 28,1% dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo frequentavam um curso superior, se não houvesse desigualdades de classe e/ou raça no acesso ao ensino superior, era de se esperar que essa proporção se repetisse em todos os grupos formados pelo entrecruzamento dessas duas dimensões. Ou seja, ao se considerar jovens negros ou brancos de qualquer classe, essa taxa de frequência total seria observada. Como se pode ver na tabela 3, não era isso que acontecia. As taxas de frequência da média

e da alta eram maiores do que 28,1%, e as taxas dos brancos eram sempre superiores às dos negros, inclusive na classe baixa.

Se houvesse apenas desigualdade racial, mas não de classe, as taxas de frequência totais de negros e brancos, respectivamente 34,8% e 18,2%, se repetiriam em todas as classes. De outra forma, se houvesse apenas desigualdade de classe, negros e brancos teriam taxas de frequências iguais às totais de sua classe: 13,3%, 43,1% e 75,2%. Note-se que, analisando as taxas de frequência por classe e raça da tabela 3 em função desses valores esperados sob as hipóteses de ausência de associação entre raça, classe, ou ambas, com o acesso ao ensino superior, a associação aparece líquida do efeito da associação entre classe, raça e ter ensino médio completo, representada na tabela 2.

Pode-se decompor a taxa de frequência total para analisar a contribuição de cada grupo de classe e raça. Para tanto, basta dividir o número de membros frequentando ensino superior não pela população do grupo, mas por toda a população de 18 a 24 anos com ensino médio completo. Isso foi feito nas três colunas de dados intermediárias da tabela 3. Nessa pode-se ler, por exemplo, que dos jovens de 18 a 24 anos, 3,1% eram negros de classe baixa que frequentavam nível superior. A decomposição mostra mais uma vez que os brancos têm maior frequência que os negros em todas as classes. Todavia, revela um dado adicional: apesar de a taxa de frequência ser maior entre os jovens de classe alta, 14,4% dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo eram jovens de classe média que frequentavam nível superior. Portanto, mais de a metade dos jovens frequentando nível superior era da classe média. Outro aspecto interessante da decomposição é revelar que há mais jovens de classe baixa do que de classe alta frequentando nível superior.

Contudo, isso não quer dizer que o acesso seja equitativo do ponto de vista da classe. De fato, retornando à tabela 1, nota-se que a distribuição dos jovens de 18 a 24 anos com ensino médio pelas classes é a seguinte: 58,8% baixa; 33,5% média; 7,7% alta. Por conseguinte, se o acesso fosse equitativo, os jovens de classe baixa deveriam ser maioria entre os alunos do nível superior. Se as associações entre classe, raça e ensino superior reveladas pelas taxas de frequência não existissem, isto é, se as taxas de frequência de cada grupo fossem exatamente 28,1%, teríamos, ao invés dos valores observados na decomposição, os valores contrafatuais (simulados) apresentados nas três últimas colunas da tabela 3.

TABELA 3  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR SEGUNDO CLASSE E RAÇA, POPULAÇÃO  
DE 18 A 24 ANOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO. BRASIL, 2006

Classe	Taxa de frequência								
	Por classe e raça			Decomposta por classe e raça					
				Observada			Contrafactual		
	Branços	Negros	Total	Branços	Negros	Total	Branços	Negros	Total
Baixa	16,1%	10,5%	13,3%	4,7%	3,1%	7,8%	8,2%	8,3%	16,5%
Média	46,3%	35,0%	43,1%	11,1%	3,3%	14,4%	6,7%	2,7%	9,4%
Alta	76,6%	68,7%	75,2%	4,9%	0,9%	5,8%	1,8%	0,4%	2,2%
Total	34,8%	18,2%	28,1%	20,7%	7,3%	28,1%	16,7%	11,3%	28,1%

Fonte: PNAD, 2006 (Fundação IBGE, 2007).

Comparando a taxa decomposta por simulação à decomposição observada, nota-se que o acesso ao nível superior é desigual por classe e raça, mesmo considerando como dadas as associações pré-existentes entre: classe e ter o ensino médio completo (Tab. 1); raça e ter o ensino médio completo (Tab.2); classe, raça e ter o ensino médio completo (Tab. 2).

Na tabela 4, as informações da tabela 3 são rerepresentadas de forma distinta para facilitar a compreensão. Os valores das células foram divididos pelo valor de referência: a taxa total dos jovens de 18 a 24 anos, 28,1 %. Pode se ler que a taxa de frequência ao ensino superior dos jovens brancos da classe alta era 2,7 vezes a taxa total, ou que a taxa dos negros de classe baixa era 0,4 vezes a taxa total.

TABELA 4  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR SEGUNDO CLASSE E RAÇA, POPULAÇÃO  
DE 18 A 24 ANOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO. BRASIL, 2006

Classe	Taxa de frequência/Referência (28,1%)								
	Por classe e raça			Decomposta por classe e raça					
				Observada			Contrafactual		
	Branços	Negros	Total	Branços	Negros	Total	Branços	Negros	Total
Baixa	0,6	0,4	0,5	16,7%	11,1%	27,8%	29,2%	29,6%	58,8%
Média	1,6	1,2	1,5	39,6%	11,8%	51,4%	24,0%	9,5%	33,5%
Alta	2,7	2,4	2,7	17,5%	3,3%	20,8%	6,4%	1,3%	7,8%
Total	1,2	0,6	1,0	73,8%	26,2%	100,0%	59,6%	40,4%	100,0%

Fonte: PNAD, 2006 (Fundação IBGE, 2007).

No caso das decomposições, na tabela 4 tem-se o peso porcentual da contribuição de cada grupo de classe e raça para a taxa total (observada ou contrafactual). Por exemplo, os jovens da classe baixa contribuem com 27,8% da taxa total; e os jovens brancos da classe alta eram 17,5% dos alunos de cursos superiores. Todavia, se não houvesse desigualdade de classe e raça no acesso ao ensino superior, os jovens de classe baixa deveriam ser 58,8% dos alunos, e os jovens brancos da classe alta deveriam ser apenas 6,4%.

Portanto, além da associação entre classe, raça e ter o ensino médio completo (Tab. 1 e 2), existem também associações entre classe, raça e acesso ao ensino superior para os jovens de 18 a 24 anos. Em relação aos jovens brancos da classe alta, todos os grupos apresentam algum *deficit* de acesso ao ensino superior. A classe baixa é a única que apresenta taxas de frequência abaixo das totais, mas a classe média também apresenta um *deficit* considerável de acesso em relação à alta. E esse *deficit* é sempre maior entre os negros, mesmo entre os da classe alta.

## CONCLUSÕES

Existe atualmente um debate acirrado na sociedade brasileira sobre a adoção de ações afirmativas para o ingresso na universidade pública. O debate gira em torno da reserva de vagas pelo estabelecimento de quotas para determinados grupos sociais. Entre os que são a favor da adoção de quotas, há os que defendem que elas sejam sociais, para pessoas de renda familiar baixa e/ou egressos da escola pública; os que defendem que sejam raciais, para pretos e pardos (negros), e eventualmente indígenas; e há os que defendem os dois tipos de quotas.

Na linha de defesa das quotas sociais, é frequente o argumento de que existe coincidência entre ter renda baixa, estudar em escola pública e ser negro. Ao incidirem sobre os mais pobres, essas quotas beneficiariam principalmente os negros e os egressos de escolas públicas. Nessa abordagem, considera-se que as quotas raciais beneficiariam uma classe média negra em detrimento dos brancos mais pobres, problema que não ocorreria com as quotas sociais. Logo, as quotas sociais resolveriam tanto a desigualdade de classe quanto a de raça no acesso ao ensino superior, sem a criação de “divisões perigosas” que segregariam racialmente a nação instilando o ódio entre grupos.

Apenas parte desse argumento pode ser analisada com base em fatos. Não é possível saber se a introdução de quotas raciais criará “divisões perigosas”. Isso pertence ao terreno da futurologia. Da mesma forma, é possível fazer um exercício de futurologia oposto no qual a não introdução das quotas raciais criaria “divisões perigosas” devido à incapacidade da sociedade brasileira em integrar com igualdade de oportunidades metade de sua população. Não há como decidir por um ou outro cenário.

A exigência de estudo em escola pública também oferece problemas consideráveis para uma análise empírica de sua pertinência. Não há no Brasil fontes de dados que permitam estimar a proporção dos eventuais postulantes ao ingresso na universidade que tenham estudado sempre ou parcialmente em escolas públicas. Embora certamente exista associação entre estudar na escola pública e ter renda baixa, estabelecer o estudo em escola pública como critério para pleitear o benefício da quota social seria problemático. Seria necessário decidir quando e por quanto tempo uma pessoa que teve uma trajetória mista no sistema de ensino precisaria ter estudado em escolas públicas. E se correria o risco de criar uma grande injustiça com aquelas famílias que, apesar da baixa renda, decidiram sacrificar seu consumo presente para investir no futuro de seus filhos pagando-lhes escolas particulares, na esperança de lhes estar propiciando uma educação de maior qualidade. Haveria também o problema dos que estudaram com bolsas em escolas particulares. Mas não há como estimar a incidência de cada uma dessas situações.

Quotas sociais baseadas na renda das famílias teriam, sem dúvida, muitos dos benefícios alegados por seus defensores. A maior parte dos favorecidos seria evidentemente de pessoas que passaram por escolas públicas ou sempre estudaram nelas. Os bolsistas que estudaram de graça em escolas particulares e os filhos de famílias pobres que se sacrificaram para pagar-lhes escolas particulares também seriam beneficiados. Brancos pobres não seriam preteridos e se eliminaria boa parte dos problemas atribuídos, com ou sem razão, às quotas raciais. E dado serem os negros a maioria entre os mais pobres, seus filhos seriam favorecidos sem beneficiar a classe média negra.

Porém, à luz dos fatos aqui apresentados, a adoção de quotas sociais pode ser considerada insuficiente do ponto de vista das desigualdades raciais. Isso por ser a conclusão do ensino médio um requisito para o ingresso no ensino superior. A probabilidade de um jovem de baixa renda concluir o ensino

médio é pequena, mas é ainda menor se o jovem for negro. Por conseguinte, a adoção de quotas sociais beneficiaria mais aos jovens brancos. Além disso, mostrou-se que tanto os negros da classe média quanto os da alta têm *deficits* de acesso em relação aos brancos da mesma classe. A suposição que subjaz à alegação de que não se devem beneficiar os jovens negros dessas classes, pois eles competem pelo acesso ao ensino superior em condições de igualdade com os jovens brancos da mesma classe é insustentável. Os jovens negros da classe média, embora não tão prejudicados quanto os de classe baixa, brancos ou negros, têm um *deficit* de acesso considerável se comparados aos seus pares brancos. Aliás, todos os jovens têm *deficits* de acesso se comparados aos jovens brancos de classe alta, dos quais mais de três quartos frequentam curso superior.

Quotas puramente raciais, dada a coincidência entre raça, classe e frequência à escola pública, também teriam muitos dos efeitos reivindicados para as quotas sociais, com a vantagem de serem mais eficientes do ponto de vista das desigualdades raciais. Dado que os negros são sobre-representados entre os mais pobres, muitos beneficiados seriam da classe baixa e/ou egressos de escolas públicas.

Todavia, a adoção de quotas puramente raciais seria insuficiente do ponto de vista das desigualdades sociais – e obviamente também há clamor público pelo ataque a esse problema. De fato, existe um contingente razoavelmente grande de jovens brancos da classe baixa com ensino médio completo. Esses jovens têm um *deficit* considerável de acesso ao ensino superior, maior do que o dos jovens negros da classe média. E as quotas puramente raciais além de os preterirem os prejudicariam, pois teriam que concorrer por um número menor de vagas com os brancos da classe média e da alta, melhor treinados para o vestibular. E, por essa mesma razão, melhor treinamento, quotas puramente raciais beneficiariam mais os negros de classe média e alta do que os da baixa.

As evidências estatísticas sobre as relações entre classe, raça, e acesso ao ensino superior apresentadas aqui não deixam dúvidas. Não há que se decidir por quotas puramente sociais ou puramente raciais. Se o objetivo é atacar a desigualdade de oportunidades no acesso à universidade, é preciso haver simultaneamente quotas sociais e raciais.

Duas considerações adicionais são necessárias. A primeira é que o debate sobre quotas é centrado no acesso às universidades públicas, e as evidências

aqui apresentadas foram de acesso a cursos de nível superior sem distinção da rede – pública ou privada. Isso se deve a questões de ordem técnica: o tamanho da rede pública exigiria considerar estatísticas adicionais sobre a confiabilidade dos indicadores por razões amostrais. De qualquer forma, não há por que considerar que a desigualdade de classe e raça no acesso às universidades públicas seja menor, ou muito distinta, do que esta que se caracteriza aqui.

Uma segunda consideração diz respeito tanto a quotas sociais quanto raciais. Quotas são mecanismos um tanto quanto rudimentares de promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior. Porém, é certo que mesmo rudimentares, do ponto de vista da igualdade de oportunidades, é melhor ter quotas do que não tê-las. Existem alternativas melhores e mais sofisticadas do que as quotas. Porém, essas alternativas também exigem a definição dos grupos que serão beneficiados. O debate atual em torno das quotas é justamente sobre quais grupos deverão ser favorecidos. No momento oportuno, quando a decisão sobre os grupos tiver sido tomada, podem-se pensar formas mais refinadas de promoção equitativa de acesso ao ensino superior.

A decisão sobre os grupos a serem beneficiados, porém, é política. Não pode provir de grupos de iluminados. Deve envolver, na medida do possível, toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. A. Desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas Nacionais. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (eds.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, I. Brasília: Ipea, 2007. p.237-273.

CROMPTON, R. et al. (ed.) *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell, 2000.

FUNDAÇÃO IBGE. *Pesquisa nacional por amostras de domicílios: microdados*. Pesquisa básica e aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil. Rio de Janeiro, 2007. CD-ROM.

GRUSKY, D. B. (ed.) *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. 2.ed. Westview: Boulder, 2001.

OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M.; ARAUJO, T. C. N. *O Lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OSORIO, R. G. *Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda*. Brasília, 2003. Dissert.(mestr.) Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. *O Sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*. Brasília: Ipea, 2003. (Textos para Discussão, 996)

ROCHA, E. J.; ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007.

PETRUCCELLI, J. L. *A Cor denominada*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Texto para Discussão, 3)

SILVA, N. V. *Black-white income differentials: Brazil, 1960*. Ann Arbor, 1978. Thesis (Ph D.) Department of Sociology, University of Michigan.

SOUZA, A. Raça e política no Brasil urbano. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.61-70, dez. 1971.

WRIGHT, E. O. (ed.) *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Recebido em: agosto 2008

Aprovado para publicação em: dezembro 2008